

ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Aos 27 dias do mês de dezembro de 2018, às 09h00min, no Auditório do Hotel Littoral,
2 localizado na Av. Cabo Branco, 2172, Praia do Cabo Branco, João Pessoa – PB, realizou-se a
3 **44ª Reunião Ordinária do CERH**. Na ausência do Presidente do CERH, Senhor Deusdete
4 Queiroga Filho, a reunião foi conduzida pelo Senhor João Fernandes da Silva, Secretário
5 Executivo deste Conselho, que agradeceu a presença de todos. A Reunião contou com a
6 presença dos seguintes Conselheiros: Emanuel Lira (Suplente **SES**), Porfírio Catão Cartaxo
7 Loureiro (Titular **AESA**), Andrea Lira Cartaxo (Suplente **AESA**), João Vicente Machado
8 Sobrinho (Titular **SUDEMA**), Márcio Fernando Ducat (Titular **AGEVISA**), José Marinho de
9 Lima (Titular EMATER), Rodrigo Dutra Escarião (Suplente **IBAMA**), Anderson Pereira Urtiga
10 (Suplente **FAMUP**), Simão Araújo Barbosa de Almeida (Titular **CAGEPA**), Alberto Vieira de
11 Atayde (Suplente **FAEPA**), Luís Augusto de Lima Santos (Titular **ASPLAN**), Edmundo Coelho
12 Barbosa (Titular **SINDALCOOL**), Soahd Arruda Rached (Suplente **UFCG**), Valdemir Azevedo
13 Pereira (Titular **CBH-PB**), Pedro José César Lima (Titular **CBH-LS**), Waldemir Fernandes de
14 Azevedo (Titular **CBH-PPA**). Os Conselheiros Alain Marie Passerat, de Silans (ABRH), Ronilson
15 José da Paz (IBAMA), Jaqueline Pequeno da Silva (ABES), Francisco Xavier de Andrade (CBH-
16 LN), José Etham de Lucena Barbosa (UEPB), justificaram a ausência. Também estiveram
17 presentes os senhores Bruno Soares de Abreu, Coordenador do PROGESTÃO, Robi Tabolka
18 dos Santos, Coordenador Estadual do Programa Água Doce/SEIRHMACT e os servidores da
19 AESA Alexandre Magno T. de Medeiros, João S. Adelino Filho, Diego Magno T. da Silva, Jessika
20 Priscilla, Erik Oliveira e Maria Betânia S. dos Santos. Após a verificação de quórum às
21 09h30min, o Senhor João Fernandes iniciou a reunião dando as boas-vindas aos presentes e
22 leu a Pauta da Reunião, como segue: I- Abertura; II- Verificação de quórum; III- Leitura,
23 discussão e votação da Ata da reunião anterior; IV- Leitura do expediente; V- Apresentação
24 das Atividades da AESA: Sistema de Informação e Ações Implementadas; VI- Posse de
25 Conselheiros Titulares e Suplentes; VII- Apresentação, discussão e deliberação da Prestação
26 de Contas do FERH referente ao ano de 2018; VIII- Apresentação, discussão e deliberação do
27 Plano de Aplicação do PERH para 2019; IX- Apresentação da Atualização do Plano Estadual de
28 Água Doce; X- Palavra facultada; XI – Encerramento. Prosseguindo, o Senhor João Fernandes
29 solicitou que fosse efetuada inversão de item da Pauta, deixando o item V- Apresentação das
30 Atividades da AESA: Sistema de Informação e Ações Implementadas por último, os
31 Conselheiros concordaram, então o Senhor João Fernandes convidou o Senhor João Vicente
32 Machado Sobrinho para tomar posse para mais um mandato de dois anos como conselheiro
33 titular da SUDEMA, conforme o Art. 3º do Decreto Nº 18.824, de 02/04/1997, que aprova o
34 Regimento Interno do CERH. Após a posse o Senhor João Vicente Machado Sobrinho foi
35 convidado para secretariar a reunião. Dando prosseguimento à reunião o Senhor João
36 Fernandes solicitou que a assessora do CERH Maria Itaci Leal lesse a Ata da 43ª Reunião
37 Ordinária, quando o Conselheiro Alberto Vieira de Atayde (Suplente FAEPA) falou que era
38 dispensável a leitura já que a minuta da Ata havia sido enviada a todos os Conselheiros
39 juntamente com o Convite para a reunião, passando-se, então, para a discussão dos fatos
40 relatados na Ata e votação de sua aprovação. Não houve contestações e a Ata da 43ª Reunião

41 Ordinária foi aprovada. A seguir, o Senhor João Fernandes convidou a Gerente de Cobrança
42 da AESA, Maria Betânia Santos para apresentar os itens VII e VIII da Pauta, Betânia iniciou a
43 apresentação da Prestação de Contas referente ao ano de 2018, explicando que houve a
44 reunião da Câmara Técnica de Acompanhamento das Ações do Fundo Estadual de Recursos
45 Hídricos – CTA, com a presença dos membros Márcia F. de Andrade, Edmundo Coelho Barbosa,
46 José Reynolds Cardoso Melo e Valdemir Azevedo Pereira, apresentou o Parecer da Câmara
47 Técnica de Acompanhamento das Ações do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – CTA, sobre
48 a Prestação de Contas do Ano de 2018 e o Plano de Aplicação dos Recursos do FERH para o
49 Ano de 2019 (ANEXO I). Seguindo, apresentou os Quadros Demonstrativos da Prestação de
50 Contas do Ano de 2018, comentando sobre as despesas realizadas no valor total de R\$
51 86.788,21. Prosseguiu explicando que o valor aprovado no Plano de Aplicação para 2018 foi
52 de R\$ 1.205.552,00, porém até 13/12/2018 foram gastos apenas R\$ 86.788,21, ficando o
53 saldo de R\$ 1.118.764,48, (Anexo II). Em seguida foi apresentado o Plano Anual de Aplicação
54 dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos para 2019 (ANEXO III), que também já
55 havia sido apresentado a Câmara Técnica. No Plano de Aplicação do FERH para o ano de 2019
56 está previsto o recurso financeiro no valor de R\$ 10.138.946,63 (dez milhões, cento e trinta e
57 oito mil, novecentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), esse recurso é
58 referente aos valores arrecadados e valores que serão recebidos de débitos dos anos
59 anteriores da CAGEPA, resultantes da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio
60 Estadual, previstos na Lei Estadual nº 6.308/1996 que institui a Política Estadual de Recursos
61 Hídricos, bem como o Decreto Estadual nº 31.215/2010, que regulamenta o Fundo Estadual
62 de Recursos Hídricos – FERH, e dá outras providências. Os valores a serem recebidos da
63 CAGEPA atualizados de multa e juros será no valor de R\$ 7.907.112,47 (sete milhões,
64 novecentos e sete mil, cento e doze reais e quarenta e sete centavos). O valor de R\$
65 2.318.622,37 (dois milhões, trezentos e dezoito mil, seiscentos e vinte e dois reais e trinta e
66 sete centavos) já está na conta do FERH, sendo, 869.026,79 (oitocentos e sessenta e nove
67 mil, vinte e seis reais e setenta e nove centavos) referente aos valores arrecadados no 3º ano
68 da Cobrança e R\$ 1.362.807,37 (um milhão, trezentos e sessenta e dois mil, oitocentos e sete
69 reais e trinta e sete centavos) referente ao saldo dos anos anteriores. Este ano, até o
70 momento, foram aplicados R\$ 86.788,21 (oitenta e seis mil, setecentos e oitenta e oito reais
71 e vinte e um centavos). Para a execução dos Programas contemplados no referido Plano de
72 Aplicação 2019 (Anexo IV) é imprescindível a contratação de serviços de consultoria: pessoa
73 física e jurídica, profissionais para levantamento de campo e locação e/ou aquisição de
74 equipamentos, visando atender ao bom andamento dos trabalhos, devido ao reduzido quadro
75 de funcionários e falta de meios operacionais na AESA. O Conselheiro José Marinho de Lima
76 (EMATER) perguntou se, com relação ao passivo da CAGEPA, foi um reconhecimento de dívida
77 ou um contrato. Betânia respondeu que foi feito um contrato reconhecendo a dívida. A
78 Conselheira Soahd Arruda Rached entendeu que a concentração dos recursos do FERH seria
79 para os Comitês de Bacias Hidrográficas e perguntou qual o planejamento. Betânia explicou
80 que há alguns anos os Comitês solicitaram o aluguel de um espaço e a contratação de
81 profissionais para dar suporte aos Comitês. O Senhor João Fernandes explicou que será
82 iniciada a construção da nova sede da AESA e que já está previsto o espaço para os Comitês. A
83 Conselheira Soahd Arruda Rached comentou que “quanto a qualidade da água, por as

84 localidades terem características diferentes, é importante fazer análise de alguns elementos,
85 que possa sinalizar um potencial risco e, se não existir riscos após as primeiras análises, não
86 seria motivo de continuar, como por exemplo a região de minérios e conhecidas regiões com
87 jazida de Urânio como Pocinhos e São José de Espinharas, onde as águas de poços
88 subterrâneos que oferecem água para animais podem ter vestígios de radioatividade e de
89 forma silenciosa pode contaminar a carne que alimenta as pessoas do local, além de ficar
90 exposto, assim como minérios com liberação de metais pesados para as águas superficiais.
91 Outra preocupação é investigar as águas quanto a metais pesados de origem de produtos
92 industriais, pois vivemos num grande aquífero que compramos há muitos anos, e que é pouco
93 "lavado", já que o nosso regime de chuvas é baixo, concentrando nos solos pilhas, baterias e
94 outros componentes descartados em lixões e que nas chuvas, são arrastados para os açudes.
95 Tudo isto fica mais agravado quando tem cidades grandes acima e contribuem com suas águas
96 para lugares abaixo, as quais serão consumidas. Outro tipo de problema que podemos
97 concentrar mais atenção é a quantidade de hormônio que é liberada pela urina das mulheres
98 que tomam anticoncepcional, e que já é motivo de pesquisa em São Paulo e no exterior, em
99 grandes centros populacional que tem liberação de esgoto para outras fontes de água, como
100 é o caso de Campina Grande, Patos etc.". O Conselheiro Emanuel Lira (SES) comentou que a
101 Secretaria de Saúde do Estado também é responsável pela vigilância da qualidade da água
102 para consumo humano, analisando o aspecto físico/químico/bacteriológico/toxicológico. O
103 Senhor João Fernandes explicou que atualmente são medidos 24 parâmetros, que podem ser
104 expandidos e que a AESA está aberta para receber contribuições. A Conselheira Soahd Arruda
105 Rached falou que a partir desses 24 parâmetros, é normal que em algum lugar seja necessário
106 um parâmetro diferente e que a composição de monitoramento seja revista. O Conselheiro
107 José Marinho de Lima falou que o Plano de Aplicação do FERH para 2019 apresenta quatro
108 Programas com o valor de R\$ 506.947,33 e perguntou se existe flexibilidade para
109 alteração/ampliação dos poços monitorados. O Conselheiro João Vicente Machado Sobrinho
110 falou que quando a peça orçamentária é aprovada fica difícil mexer no orçamento, porém a
111 realidade atual é diferente com a chegada das águas do PISF. Continuando, o Senhor João
112 Vicente comentou que com a chegada das águas do PISF apareceram elementos estranhos na
113 flora, que não haviam antes e que só exames laboratoriais detectaram esses elementos
114 estranhos. Também é necessário fazer a classificação dos cursos de água. Seguindo, o Senhor
115 João Vicente explicou que com a chegada das águas do PISF o Plano Estadual de Recursos
116 Hídricos será bem diferente do de 2006 e que será preciso estudar todos os parâmetros
117 conforme as especificidades dos municípios. Concluindo, parabenizou a equipe da AESA e disse
118 que é fundamental a participação da Academia nos Programas da AESA. O Conselheiro
119 Valdemir Azevedo Pereira expôs que vê a gravidade do consumo dos produtos que são regados
120 com as águas que recebem esgotos sanitários. Finalizando, reafirmou a admiração por João
121 Fernandes e o esforço que ele fez para deixar tudo certo, sem pendências. A Conselheira
122 Soahd Arruda Rached sugeriu que fosse feita uma análise por região e não serem utilizados
123 os 24 parâmetros para todos os poços do Estado. Concluiu solicitando que os resultados
124 fossem divulgados. O Senhor João Fernandes sugeriu que quando o Plano de Aplicação para
125 2019 estiver definido, seja feita uma reunião com Etham, Soahd e outros Conselheiros e
126 parceiros para a definição desse assunto. O Conselheiro João Vicente Machado Sobrinho expôs

127 que não se deve esquecer as águas de salões de beleza, onde são usados produtos a base de
128 formol. O Conselheiro Pedro José César Lima expôs que foi feito um trabalho por uma aluna
129 de Engenharia Ambiental, onde é demonstrado o problema dos resíduos dos hospitais e o
130 lançamento dessas águas no esgoto. Também é preciso se trabalhar na preservação
131 /restauração das nascentes. O Conselheiro João Vicente Machado Sobrinho expôs que em
132 termos de regulação a SUDEMA já começou a analisar a questão das águas de salões de
133 beleza, de hospitais, lixo hospitalar que são depositados perto da vertente do Rio Paraíba.
134 Continuando, o Senhor João Fernandes colocou em discussão a aprovação do Parecer da
135 Câmara Técnica, não houve contestação e o Parecer foi aprovado. Seguindo, o Senhor João
136 Fernandes agradeceu a Betânia e colocou em discussão a aprovação da Prestação de Contas
137 de 2018 e o Plano de Aplicação do FERH para 2019, não houve contestação e ambos foram
138 aprovados. O Senhor João Fernandes prosseguiu fazendo um balanço dos quatro anos que
139 passou como Diretor Presidente da AESA, enumerando os Programas executados e/ou em
140 andamento que são: 1- Modernização dos Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos -
141 contratação da modernização dos Sistemas de Informações sobre Recursos Hídricos, web
142 site: www.aesa.pb.gov.br em pleno funcionamento no nível operacional, mas já contratado o
143 Laboratório de Informática de UFCG para a implantação dos módulos gerencial e estratégico,
144 o que possibilita a facilidade ao acesso de informações, a agilidade na tramitação de processos
145 e a transparência na gestão; 2- Aquisição de Equipamentos para Implementação da
146 Modernização de Atividades da gestão da Cobrança, Fiscalização, Licença de Obra Hídrica e
147 autorização e Outorga de Uso de Água Bruta à distância, remotamente. Aquisição de 4 drones
148 com celulares de última geração, 4 impressoras e 4 leitores digitais para emitir e entregar as
149 notificações aos usuários; 3- Celebração de Convênio ANA-AESA para Execução do Programa
150 Qualiágua, que é uma iniciativa da ANA com os seguintes objetivos: a) contribuir para a gestão
151 sistemática dos recursos hídricos, através da divulgação de dados sobre a qualidade das águas
152 superficiais no Brasil, a toda a sociedade; b) estimular a padronização dos critérios e métodos
153 de monitoramento de qualidade de água no País, de acordo com as diretrizes estabelecidas
154 na Resolução ANA nº 903/2013, para tornar essas informações comparáveis em nível nacional;
155 c) contribuir para o fortalecimento e estruturação dos órgãos estaduais gestores de recursos
156 hídricos e meio ambiente para que realizem o monitoramento sistemático da qualidade das
157 águas e deem publicidade aos dados gerados; d) promover a implementação da Rede Nacional
158 de Monitoramento da Qualidade das Águas - RNQA, no âmbito do Programa Nacional de
159 Avaliação da Qualidade das Águas – PNQA. Na prática, a ANA premiará o Estado por
160 atingimento de metas relacionadas ao monitoramento e à divulgação dos dados de acordo
161 com as premissas previstas na Resolução ANA nº 903/2013. Inicialmente são estabelecidas
162 também metas estruturantes que definem objetivos a serem alcançados em termos de
163 padronização, capacitação e melhoria das práticas de laboratório, visando melhorar a
164 qualidade do dado e da informação gerados. A certificação das metas será realizada duas
165 vezes por ano para as metas de monitoramento e uma vez ao ano para as metas estruturantes.
166 O prêmio é calculado considerando um valor unitário por ponto da RNQA de R\$ 1.100,00 (hum
167 mil e cem reais) com reajuste anual pelo INPC. O não atingimento das metas estruturantes
168 podem levar a descontos no prêmio pago pelas metas de monitoramento do semestre em
169 questão. A adesão ao Programa é voluntária - em Execução; 4- Contratação do Laboratório de

170 Análise Físico-Químico-Microbiológico da UEPB, através da Fundação Parque Tecnológico, para
171 implementar o QUALIÁGUA, coletando 70 pontos e até 24 parâmetros trimestralmente e
172 ofertando a Paraíba um banco de dados de água bruta; 5- Elaboração de Protótipo de
173 Plataforma de Controle de Dados a Distância - contratação do NUTES - Núcleo de Tecnologia,
174 da UEPB para elaboração de Protótipo de Plataforma de Controle de Dados a Distância
175 (remota) para medição de volume, vazão, umidade relativa do ar, velocidade e direção dos
176 ventos, pluviometria etc.; 6- Adesão e Implementação do PROCOMITÊS - Como o próprio
177 nome sugere, o Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas -
178 PROCOMITÊS tem o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento da capacidade operacional
179 dos Comitês de Bacias Hidrográficas – CBHs. O Programa também promove a consolidação
180 desses colegiados como espaços eficazes na elaboração das políticas de recursos hídricos, de
181 forma descentralizada e participativa. O PROCOMITÊS é mais um programa de incentivo
182 financeiro da Agência Nacional de Águas que o Estado da Paraíba aderiu que prevê o aporte
183 dos recursos financeiros, em parcelas anuais, que dependerão do cumprimento de metas
184 acordadas entre representantes da ANA, da União, CBHs e Órgão Gestor de Recursos Hídricos
185 do Estado - em Execução; 7- Ciclo Hidro-Ilógico e os Termos de Referência para Planos de
186 Bacias Hidrográficas: atendendo solicitação dos Comitês, foi contratada a elaboração da peça
187 publicitária do ciclo Hidro-Ilógico e os termos de referência para elaborar os Planos de Bacias
188 Hidrográficas; 8- Atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos - O Governo do Estado
189 firmou, convênio com a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, órgão ligado ao
190 Ministério do Meio Ambiente, para atualizar o Plano Estadual de Recursos Hídricos da Paraíba
191 (PERH-PB), cujo objetivo é orientar as políticas e o gerenciamento dos recursos hídricos no
192 Estado, buscando soluções para problemas de abastecimento em várias cidades. O mesmo já
193 está sendo executado; 9- Projeto de Desenvolvimento de um Sistema de Gestão de Riscos
194 Agro-Hidro-Climáticos - elaboração do projeto de desenvolvimento de um sistema de gestão
195 de riscos agro-hidro-climáticos dentro do programa do Projeto Cooperar de Combate à
196 Pobreza, que acaba de ser aprovado pelo Banco Mundial, valor de US\$ 1.500.000,00; 10-
197 Projeto de Reordenamento Técnico-Institucional, Reengenharia da AESA dentro do Plano de
198 Segurança Hídrica da Paraíba; 11- Aguardando Entrega do Termo de Referência para
199 Contratação da Reengenharia da AESA; 12- Inclusão da Paraíba no Conselho Nacional de
200 Recursos Hídricos - O Conselho Nacional de Recursos Hídricos é a instância máxima da
201 hierarquia do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Brasil, sendo um
202 dos grandes responsáveis pela implementação da gestão dos recursos hídricos brasileiros.
203 Neste contexto, o Estado da Paraíba foi inserido no Conselho, o que possibilitará a aquisição
204 de maiores experiências para possíveis implementação na Gestão de Recursos Hídricos em
205 âmbito Estadual; 13- Resolução Conjuntamente com o Rio de Janeiro sobre Cobrança de
206 Recursos Hídricos Federais; 14- Conclusão do 1º Ciclo do Progestão e Assinatura do Progestão
207 2º Ciclo: A Paraíba aderiu ao 2º Ciclo do Progestão por meio do Ofício nº 108, de 1º de agosto
208 de 2017, e manteve como entidade coordenadora do Programa no Estado a Agência Executiva
209 de Gestão de Águas – AESA. O Estado permaneceu com a tipologia C de gestão, aprovou o
210 Quadro de Metas junto ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos e assinou o contrato
211 Progestão - Ciclo 2 com a ANA em 9 de outubro de 2017, definindo para a certificação o
212 período de 2017 a 2021 - em Execução; 15- Cursos na Área de Recursos Hídricos - Foram

213 Ministratados 14 Cursos; 16- Implantação do Vale Alimentação para os Servidores da AESA;
214 16- Implantação da Cobrança pelo Uso da Água Bruta do Estado Paraíba e Encaminhamento
215 de Pleito Junto a ANA para Implantação da Cobrança pelo Uso das Águas Federais em Bacias
216 Hidrográficas Estaduais; 17-Contrato De Parcelamento da Dívida da CAGEPA relativa ao Uso
217 de Água Bruta; 19- Aquisição de um Terreno na Rua Floriano Peixoto, 630, Jaguaribe e
218 solicitação de Elaboração do Projeto Arquitetônico da Sede da à SUPLAN - Superintendência
219 de Planejamento de Obras do Estado. Encerrando a apresentação dos Programas executados
220 e/ou em execução na AESA, o Senhor João Fernandes facultou a palavra aos Conselheiros,
221 não havendo manifestações, convidou o servidor da SEIRHMACT Robi Tabolka dos Santos,
222 Coordenador Estadual do Programa Água Doce, para apresentar a atualização do Plano
223 Estadual para os próximos dez anos. Robi iniciou a apresentação falando que o Semiárido
224 brasileiro compreende uma área de 969.589,4 km² (ou 11% do território brasileiro), possui
225 23,5 milhões de habitantes, sendo 8,8 milhões na zona rural (Censo 2010) e apenas 3,3% de
226 água, já incluindo as águas do PISF. Continuou falando que no Semiárido a grande maioria
227 dos poços apresentam baixa vazão e alta salinidade. Prosseguindo, falou que o Programa Água
228 Doce (PAD) é uma ação do Governo Federal, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente
229 em parceria com diversas Instituições Federais, Estaduais, Municipais e Sociedade Civil que
230 visa estabelecer uma política pública permanente de acesso à água de qualidade para o
231 consumo humano por meio do aproveitamento sustentável de águas subterrâneas,
232 incorporando cuidados ambientais e sociais na gestão de sistemas de dessalinização. O PAD
233 busca atender, prioritariamente, localidades rurais difusas do Semiárido brasileiro. O PAD está
234 estruturado em Componentes e Subcomponentes: Componente Gestão – Subcomponentes:
235 apoio ao gerenciamento; formação de recursos humanos; diagnóstico técnico e ambiental;
236 mobilização social e educação ambiental; sustentabilidade ambiental; consolidação dos centros
237 de referência; sistemas de informações e de monitoramento; operacionalização e manutenção
238 dos sistemas; Componente Estudos/Pesquisas/Projetos – Subcomponente: pesquisa e
239 desenvolvimento de tecnologias apropriadas; Componente Sistema de Dessalinização –
240 Subcomponentes: recuperação de sistemas já instalados; implantação de sistemas de
241 dessalinização novos; Componente Unidade de aproveitamento do concentrado –
242 Subcomponentes: implantação de unidades demonstrativas; implantação de unidades
243 produtivas. Continuando, apresentou a hierarquização dos Municípios: Índice de Condição de
244 Acesso a Água no Semiárido – (ICAA, MMA 2009) – Níveis de Criticidade definidos pela
245 composição dos seguintes índices: Índice Pluviométrico, IDH, Mortalidade Infantil e
246 Intensidade de Pobreza. Em seguida explicou as 3 fases dos Planos de Trabalho que integram
247 os componentes do Programa: a 1ª fase é o Diagnóstico, a 2ª fase é implantação/recuperação,
248 a 3ª fase e Monitoramento e Manutenção. Seguiu apresentando os quatro componentes
249 integram o Programa Água Doce: Mobilização Social; Obras Civas; Dessalinização;
250 Sustentabilidade Ambiental. Possuem características particulares e ações próprias, pois é de
251 fundamental importância no atendimento a população das comunidades rurais do semiárido,
252 oferecendo água de boa qualidade pelos sistemas de dessalinização. O Programa Água Doce
253 é um Convênio SERHMACT/MMA/SRHU nº 761859, registrado no SINCOV sob o Nº
254 067887/2011; Início de Vigência: 22/12/2011 - Término de Vigência: 03/01/2021; Convênio:
255 dezembro/2011 no valor de R\$ 14.508.348,09; Aditado: dezembro/2014 no valor de R\$

256 6.415.863,51; Valor do Repasse MMA: R\$ 18.833.790,43; Contrapartida: R\$ 2.092.421,17;
257 Aditado: junho/2015 no valor de R\$ 1.099.326,97 (recurso de rendimento para obras); Valor
258 Global: R\$ 22.036.629,57; Valor de Rendimentos comprometidos: R\$ 1.112.417,97; Valor de
259 Rendimentos disponível (23/11): R\$ 3.454.642,92; Meta – implantar/recuperar 93 sistemas de
260 dessalinização; Equipe: oficialmente com 9 consultores e 1 funcionário; Comunidades
261 diagnosticadas – 417 (48 municípios). Prosseguiu explicando sobre o Plano Estadual do PAD
262 foi atualizado para o período 2020-2029: 1 – Contextualização: Proporcionalmente 87% dos
263 municípios no Semiárido (194); 7 anos de seca – umas das maiores da história; Estado com
264 maior área proporcional no escudo cristalino; Poços com vazão baixa e alta salinidade da água
265 (membranas para salinidade de até 20 mil ppm); Dados de água salina/salobra nos 194
266 municípios. 2 – Arranjo Institucional Definido: Informações e Pré-Diagnóstico com EMATER
267 (223 escritórios); Núcleo disposto a contribuir no Pré-Diagnóstico AESA
268 /CAGEPA/DRMH/EMATER/EMPASA/INTERPA, DNOCS, FUNASA, INCRA, INSA, UFCG; Contato
269 com Prefeituras/Secretários municipais; Orçamento Democrático; Deputados Estaduais
270 indicando. 3 – Demandas estabelecidas para o período: 789 Sistemas demanda para os 194
271 municípios; 93 Sistemas já instalados; 60 Sistemas PROCASE instalando; 640 Sistemas para
272 2020-2029. 4 – Lista do ICAA Atualizada. 5 – Custos estimados para implementação das ações
273 (valor unitário x meta estabelecida): R\$ 250 mil x 640 Sistemas = R\$ 160.000.000,00. Robi
274 Tabolka encerrou a apresentação, agradeceu aos Conselheiros e se colocou a disposição para
275 elucidar as dúvidas. O Senhor Bruno Abreu perguntou quanto tempo é gasto para a
276 implantação completa do sistema em uma comunidade. Robi respondeu que aproximadamente
277 quatro meses. O conselheiro Márcio Ducat perguntou quem opera o Sistema. Robi respondeu
278 que a comunidade elege um representante que é treinado e fica responsável pela operação.
279 Essa pessoa é vinculada ao poder público municipal, que é, por lei, o responsável pelo
280 abastecimento da população do município. Márcio Ducat perguntou se há parceria com a
281 Vigilância Sanitária. Robi explicou que não, explicou que trimestralmente PAD faz coletas de
282 água nas comunidades atendidas pelo Programa e o laboratório contratado faz a análise da
283 qualidade da água para o consumo humano. A Conselheira Soahd Arruda Rached comentou
284 que muitos consideram o sal um problema, mas que era preciso se fazer uma investigação
285 quanto aos teores de composição dos sais, e citou, como por exemplo, o sal do himalaia que
286 é composto por 80 tipos de íons. Continuou falando que se houver a possibilidade de se
287 investigar a salmoura dos dessalinizadores poderá ser encontrada uma composição rica, que
288 viabilize tanques de evaporação e tendo oportunidade de beneficiamento. Seguiu falando que
289 a indústria do sal poderia enxergar e analisar os íons dessa água salina, investigar os
290 elementos da Serra da Borborema e ver se é viável o uso desse sal na indústria. Robi
291 respondeu que a EMBRAPA já estuda o uso desse sal, porém o PAD está voltado para a
292 disponibilização da água doce para as comunidades que não dispõem de água de boa
293 qualidade. O Conselheiro João Vicente falou que ficou bem impressionado com o Programa,
294 agradeceu e parabenizou Robi Tabolka e comentou que o Água Doce é uma das meninas dos
295 olhos do Governador, pela sua importância incontestável. Esgotado o debate, o Secretário
296 Executivo do CERH agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 44ª Reunião
297 Ordinária da CERH. Esta Ata foi lavrada por mim, Maria Itaci Costa Leal, e segue para a
298 assinatura de todos os Conselheiros presentes à Reunião.



Deusdete Queiroga Filho Presidente do CERH	João Fernandes da Silva Secretário Executivo do CERH
Waldson Dias de Sousa Titular SEPLAG	Ricardo Lavor Cavalcanti Suplente SEPLAG
Rômulo Araújo Montenegro Titular SEDAP	Demilson Lemos de Araújo Suplente SEDAP
Titular SEIE	Suplente SEIE
Geraldo Moreira de Araújo Titular SES	Emanoel Lira Suplente SES
Porfírio Catão Cartaxo Loureiro Titular AESA	Andrea Lira Cartaxo Suplente AESA
João Vicente Machado Sobrinho Titular SUDEMA	João Carlos de Miranda e Silva Suplente SUDEMA
Márcio Fernando Ducat Titular AGEVISA	Oswaldo José Guerra Guimarães Suplente AGEVISA
José Marinho de Lima Titular EMATER	Alexandre Alfredo Soares da Silva Suplente EMATER
Titular CDRM	Suplente CDRM
Maria de Lourdes B. de Sousa Titular DNOCS	Danilo Augusto Santos de Sousa Suplente DNOCS
Ronilson José da Paz Titular IBAMA	Rodrigo Dutra Escarião Suplente IBAMA



Titular FAMUP	Anderson Pereira Urtiga Suplente FAMUP
Simão Araújo Barbosa de Almeida Titular CAGEPA	Laudízio da Silva Diniz Suplente CAGEPA
Wagner Antônio A. Breckenfeld Titular FIEP/SINDUSCON	Raimundo Gilson Vieira Frade Suplente FIEP/SINDUSCON
Domingo Lelis Filho Titular FAEPA	Alberto Vieira de Atayde Suplente FAEPA
Luís Augusto de Lima Santos Titular ASPLAN	Francisco Siqueira de Lima Neto Suplente ASPLAN
Edmundo Coelho Barbosa Titular SINDALCOOL	José Verçosa Júnior Suplente SINDALCOOL
Karine Cristiane de Oliveira Souza Titular UFPB	Ana Cristina Souza e Silva Suplente UFPB
Janiro Costa Rego Titular UFCG	Soahd Arruda Rached Suplente UFCG
José Etham de Lucena Barbosa Titular UEPB	Ozéas Jordão da Silva Suplente UEPB
Alain Marie Passerat de Silans Titular ABRH	Maria Edelcides de Vasconcelos Suplente ABRH
Jaqueline Pequeno da Silva Titular ABES	José Reynolds Cardoso Melo Suplente ABES
Valdemir Azevedo Pereira Titular CBH-PB	André da Silva Santos Suplente CBH-PB



Pedro José César Lima Titular CBH-LS	Maria Edelcides de Vasconcelos Suplente CBH-LS
Mirella Leôncio Motta e Costa Titular CBH-LN	Francisco Xavier de Andrade Suplente CBH-LN
Waldemir Fernandes de Azevedo Titular CBH-PA	Maria de Lourdes Santana dos S. e Araújo Suplente CBH-PA

PARECER DA CÂMARA TÉCNICA DO FERH

Em 26 de dezembro de 2018, se reuniram na sala de reunião da AESA, os membros da Câmara Técnica de Acompanhamento das Ações do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - CTA para analisar o Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos para o ano 2019 e a Prestação de Contas relativa ao ano 2018.

A reunião contou com a presença dos senhores Márcia F. de Andrade, representando o poder público estadual, Edmundo Coelho Barbosa representando o setor dos usuários da água bruta, Valdemir Azevedo Pereira representando os comitês de bacias hidrográficas e José Reynolds Cardoso Melo representando as organizações civis não governamentais. A servidora da AESA Maria Itaci Leal foi convidada para secretariar a reunião.

Após a abertura dos trabalhos e as explanações realizadas, os membros da Câmara CTA constataram:

1- Analisada a Prestação de Contas de 2018, verificou-se que foram aplicados em despesas diversas constantes na Prestação de Contas em questão, o valor de R\$ 86.788,21 (Oitenta e seis mil, setecentos e oitenta e oito reais e vinte e um centavos) permanecendo em conta corrente do FERH o valor de R\$ 1.118.764,48 (Um milhão, cento e dezoito mil, setecentos e sessenta e quatro reais e quarenta e oito centavos).

2- Posto em discussão a Prestação de Contas de 2018, a Câmara Técnica recomenda a aprovação da referida prestação, bem como, que sejam superadas as dificuldades para execução integral dos recursos apresentados no Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - 2019.

3- Que deverá constar no Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - 2019 a previsão das outras receitas previstas no Decreto Estadual n° 31.215/2010, Capítulo II - DOS RECURSOS DO FERH.

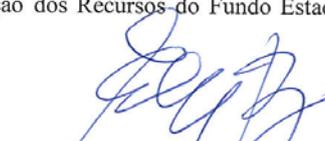
4 - Os representantes dos Comitês das Bacias Hidrográficas do Estado podem apresentar, a qualquer momento, propostas de acordo com suas necessidades e demandas de acordo com a realidade de suas respectivas Bacias Hidrográficas.

Em face do acima exposto a Câmara Técnica decidiu, por unanimidade:



1 - Recomenda a aprovação do Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos para o ano 2019.


Márcia Ferreira de Andrade


Edmundo Coelho Barbosa


Valdemir Azevedo Pereira


José Reinolds Cardoso Melo

ANEXO II

Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FERH

Prestação de Contas - 2018

Quadros Demonstrativos

N° de ordem	Despesas	Valor R\$
1	Diárias	3.945,00
2	Passagens aéreas	12.852,91
3	Locação de Equipamentos	2.025,00
4	Material Gráfico	7.970,00
5	Cursos de Capacitação	38.439,60
7	Hospedagem / Alimentação	13.557,70
8	Vídeo Educativo	8.000,00
	Total	86.788,21

Valores	Valor R\$
Valor Aprovado no Plano de Aplicação para 2018	R\$ 1.205.552,69
Valores gastos até 13/12/2018	R\$ 86.788,21
Saldo restante de 2018	R\$ 1.118.764,48

ANEXO III

RESUMO ORÇAMENTÁRIO DOS PROGRAMAS – 2019

Tabela 1 - Resumo Orçamentário para o ano de 2019

ESTRUTURA PARA DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS				
DESCRIÇÃO Unitário	Quantidade	Unidade	V.	VALOR TOTAL (RS)
Diárias estaduais	700	ano	80,00	56.000,00
Diárias interestaduais	80	ano	240,00	19.200,00
Passagens aéreas (ida e volta)	40	ano	2.250,00	90.000,00
Hospedagem (Para membros de Comitês)	40	ano	300,00	12.000,00
Locação de veículos	06	mês	2.000,00	144.000,00
Estagiários	06	mês	800,00	57.600,00
SUBTOTAL				378.800,00
MATERIAL DE CONSUMO PARA DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS				
DESCRIÇÃO				VALOR TOTAL R\$
Material de consumo				100.000,00
SUBTOTAL				100.000,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS (Pessoa física e/ou jurídica)				
DESCRIÇÃO				TOTAL R\$
Consultoria				4.300.000,00
Material Gráfico				100.000,00
Outros serviços				4.499.725,63
Custeio do Sistema (7,5%)				760.421,00
SUBTOTAL				9.660.146,63
TOTAL GERAL				10.138.946,63

ANEXO IV

Programas do PERH que podem ser custeados com a cobrança	Programas do PERH	Percentuais propostos pela AESA/CBH-PB	Valor por programa
a) Apoio as atividades de instalação e funcionamento dos Comitês das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte, das Bacias Hidrográficas do Litoral Sul e da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba	Programa nº 1 - Criação e Funcionamento de Comitês de Bacias e Associações de Usuários de Água	5,0	R\$ 506.947,33
b) Elaboração e atualização de planos diretores das bacias	Programa nº 3 - Elaboração e Atualização de Planos Diretores de Bacias Hidrográficas	37,5	R\$ 3.802.104,99
c) estudos e propostas para implantação do sistema de cobrança pelo uso de recursos hídricos nas bacias	Programa nº 5 - Política de Cobrança pelo Uso de Água Bruta	10,0	R\$ 1.013.894,66
d) mobilização social para divulgação da política de cobrança pelo uso de recursos hídricos			
e) educação ambiental para proteção dos recursos hídricos	Programa nº 10 - Educação Ambiental para Proteção dos Recursos Hídricos	25,0	R\$ 2.534.736,66
f) capacitação em recursos hídricos	Programa nº 11 - Capacitação em Recursos Hídricos	5,0	R\$ 506.947,33
g) monitoramento da qualidade de água	Programa nº 9 - Monitoramento da Qualidade da Água	5,0	R\$ 506.947,33
h) sistema de fiscalização do uso de água	Programa nº 6 - Sistema de Fiscalização do Uso de Água	5,0	R\$ 506.947,33
No pagamento das despesas de manutenção e custeio administrativo dos Comitês de bacias hidrográficas, quando os mesmos forem instituídos.	De acordo com a legislação, limita-se a 7,5% do total arrecadado	7,5	R\$ 760.421,00
VALOR TOTAL		100,0	R\$ 10.138.946,63